

# REMOÇÕES FORÇADAS E DESPEJOS



Centro de Conflitos  
Funditários em Tempos de  
Emergência Climática

Centro Gaspar Garcia de  
Direitos Humanos

Out./2025



# PERCURSO DA DISCUSSÃO



1. Remoções forçadas
2. Contextos
3. Alguns dados
4. Remoções administrativas
5. Casos práticos
6. Algumas reflexões

# Remoções forçadas



Processos coletivos que implicam no deslocamento imposto, e portanto que não parte da vontade dos atingidos, de pessoas e famílias, em geral de baixa renda, de seus locais de moradia, seja qual for a justificativa deste deslocamento.

Entende-se que as imposições podem acontecer em diferentes formas e graus, resultando também em diferentes níveis de violações de direitos, seja ele o direito à moradia adequada, o direito à gestão democrática das cidades ou o direito à informação.

# Remoções forçadas



- pressuposição do não-reconhecimento do direito à permanência plena dos atingidos;
- ilegais, informais ou até mesmo criminosos (Rolnik, 2015) - processo de marginalização (Johansen & Jensen, 2017);
- 'direito de existir' que precede o direito à cidade (Morado, 2019);
- constante situação de transitoriedade permanente (Rolnik, 2015) - ameaça e precariedade permanente - elementos estruturantes da política urbana e habitacional;
- insegurança habitacional (Kazuo Nakano)

# Remoções forçadas - Brasil

2.098.948  
pessoas

afetadas por despejos  
e remoções forçadas



DESPEJO  
ZERO



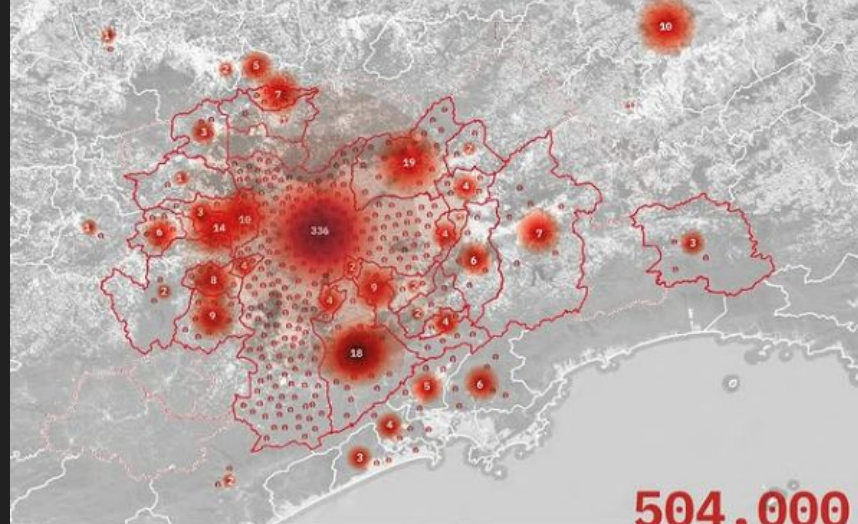
415.592  
crianças

1.313.941  
mulheres

1.391.603  
pessoas  
negras

# Remoções forçadas em SP

- 686 casos;
- cerca 50% dos casos no município de São Paulo;
- Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Francisco Morato, Embu das Artes e outras.



**12.865**  
Famílias  
despejadas

**126.000**  
Famílias  
ameaçadas

**504.000**  
Pessoas  
ameaçadas

**17,1%**  
**86.184**  
Crianças  
atingidas

**62,6%**  
**315.504**  
Mulheres  
atingidas

**686**  
Comunidades  
afetadas

**16,8%**  
**84.682**  
Pessoas  
idosas  
atingidas

**66,3%**  
**334.152**  
Pessoas  
negras  
atingidas

Gráfico 1 - Justificativas apresentadas para as ameaças e remoções em cada UF (% de famílias).

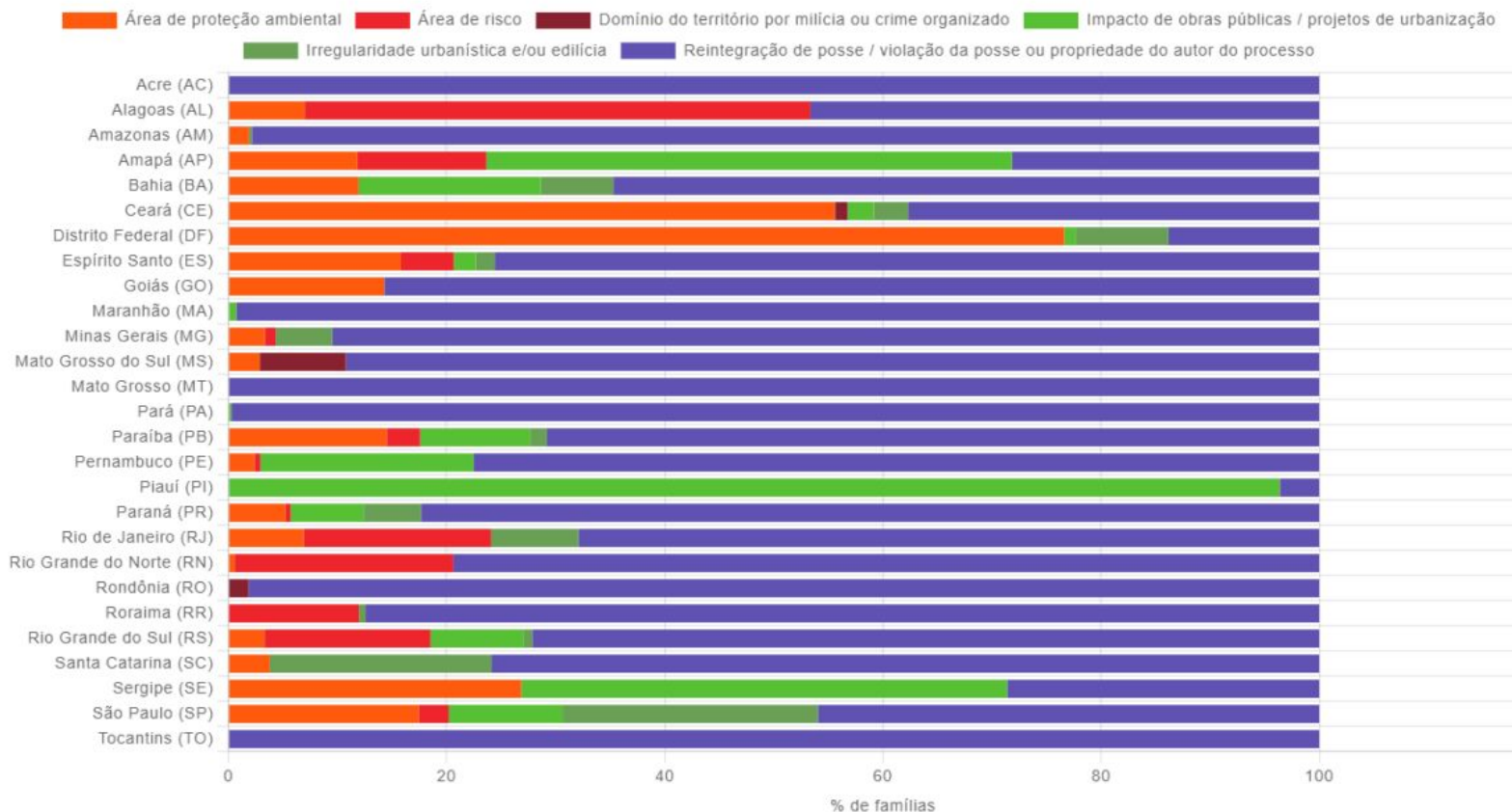
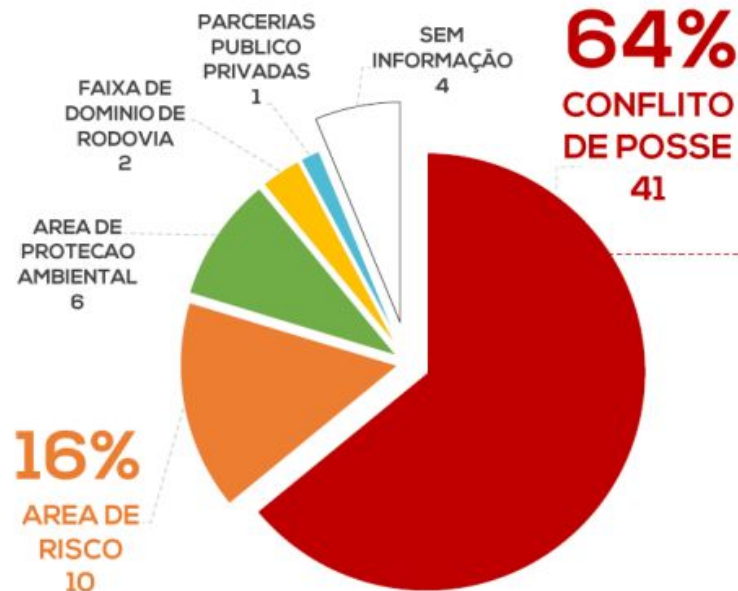




Gráfico 4 - Justificativas mobilizadas para remoção na RMSP entre abril de 2020 e março de 2022.

### Justificativas mobilizadas



### Justificativas sobrepostas

**CONFLITO DE POSSE**  
+  
**OBRAS PÚBLICAS (2)**  
**ÁREA DE RISCO (2)**  
**PROTEÇÃO AMBIENTAL (2)**

### Procedimento

**28** (52%) Reintegrações de Posse  
**18** (33%) Remoções extrajudiciais  
**8** (15%) Sem informação

FONTE: OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES

Fonte: Observatório de Remoções (2022).



# Principais justificativas mobilizadas (2017-2023)

Principal justificativa mobilizada para a remoção ou ameaça. Destacamos que em parte dos casos mapeados não foi possível identificar as justificativas mobilizadas pelos agentes da remoção.

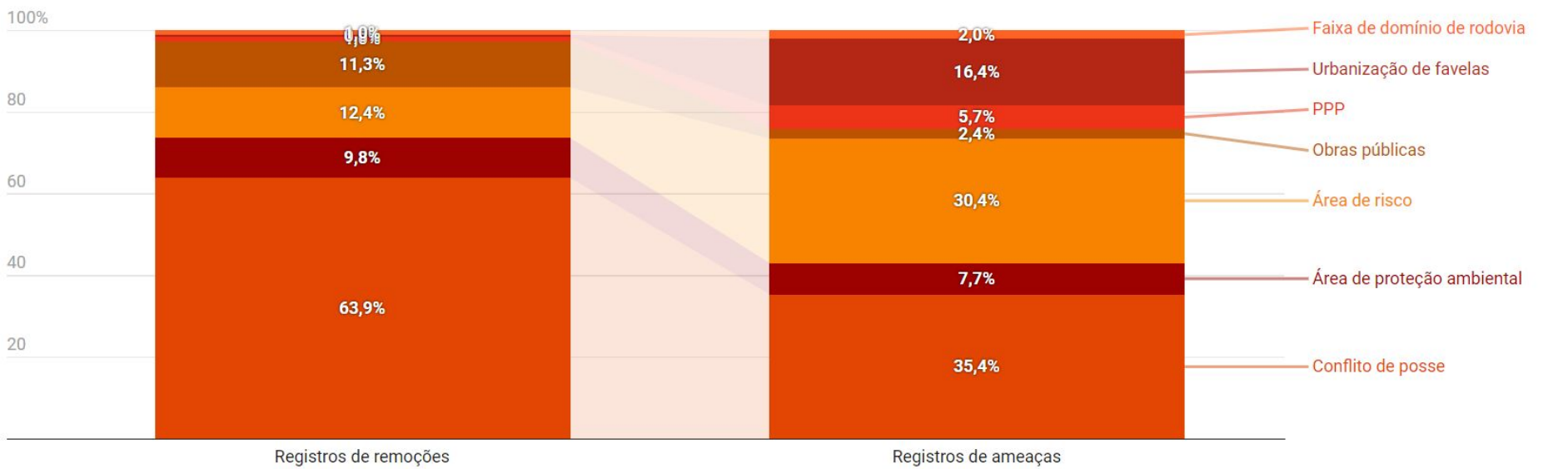
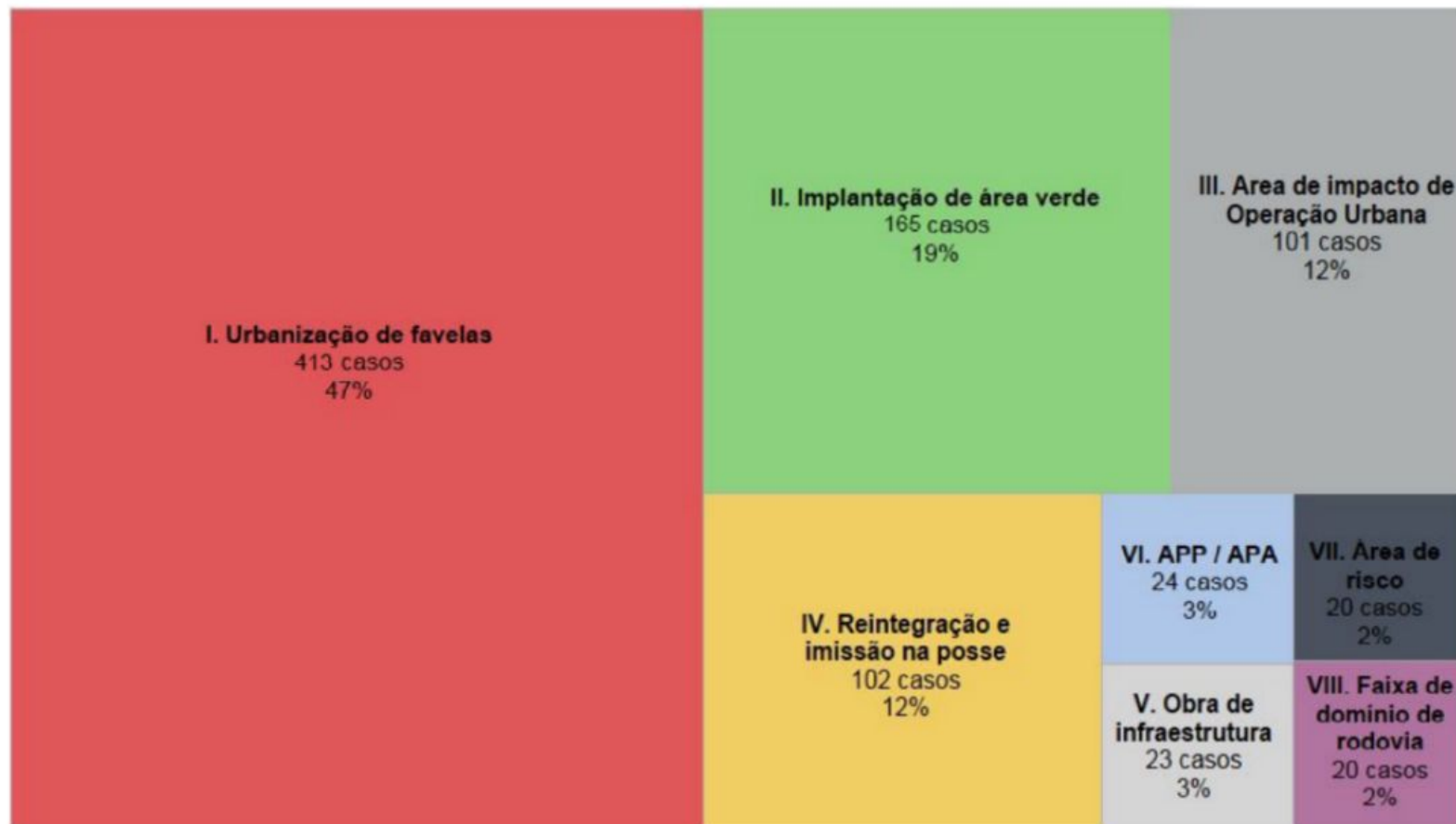


Gráfico 5 - Justificativas de ameaças e de remoções entre 2010 e 2016 na RMSP.



Fonte: Observatório de Remoções (2016).

# Remoções administrativas (extrajudiciais)



## 1. Justificativas:

- Poder de polícia administrativa: Atividade do Poder Público que permite à administração restringir direitos individuais para favorecer o interesse público. **Em tese** busca promover a ordem pública, segurança e a proteção da população.
- Exemplo: fiscalização de trânsito.

## 2. Remoções administrativas:

- Desforço imediato;

Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

§ 1º O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção, ou restituição da posse

- Remoção por risco;
- Fiscalização territorial;
- Obras públicas.

# Novo Chuvisco - Jabaquara



# Estratégia de enfrentamento à remoções administrativas



## 1. Resistência dos moradores

- Os moradores resistiram à tentativa de remoção e conseguiram prazo de 30 dias antes de uma próxima operação de remoção forçada.

### Prefeitura de SP inicia despejo em plena pandemia, mas comunidade resiste na zona sul

Cerca de 50 famílias resistiram à investida policial e conseguiram adiar em 30 dias o prazo para deixarem o local

Vanessa Nicolay

Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 06 de Agosto de 2020 às 12:46

Ouçá o áudio:



02:47



## 2. Judicialização

- Prazo de 30 dias foi o tempo suficiente para entrar com ação judicial contra a prefeitura pedindo:
  - (i) suspensão da remoção para respeito ao direito de defesa;
  - (ii) aplicação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;
  - (ii) Em caso de remoção, garantia de atendimento habitacional



# Desafios - Remoções Administrativas



- Legitimação de justificativas relacionadas ao risco e ao interesse público ou ambiental;
- Justificativas legitimando remoções **rápidas e com pouco espaço para questionamento;**
- Maior invisibilidade;
- Dificultam a articulação para a defesa;
- Viabilização por meio de assédio e/ou pressão psicológica pelos moradores.





# OBRIGADA!



[centro.referencia.ggdh@gmail.com](mailto:centro.referencia.ggdh@gmail.com)



[gaspargarcia.org.br](http://gaspargarcia.org.br)



[@centrogaspargarcia](https://www.instagram.com/centrogaspargarcia)